



NATUREZA: Projeto de Lei nº 095/2003

ÓRGÃO: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

MATÉRIA: Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que prestam serviços públicos por concessão ou permissão estadual a disponibilizar ao consumidor a fatura de cobrança dos serviços com antecedência mínima de 10 dias do vencimento.

AUTOR: Dep. Moraes Sousa Filho

RELATOR: Dep. Luciano Nunes

PARECER

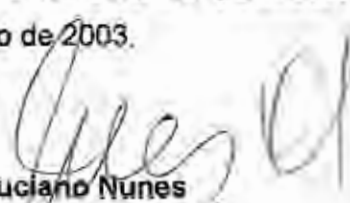
Em análise, nesta douta Casa Legislativa, encontra-se o projeto de lei nº 95, de 23 de outubro de 2003, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços públicos por concessão ou permissão estadual, no âmbito do Estado do Piauí, a garantir que as contas/faturas de cobranças pelos serviços prestados sejam disponibilizadas ao consumidor, em seu domicílio, com antecedência mínima de 10 dias.

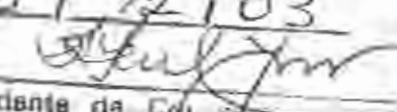
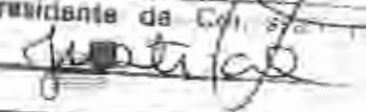
O autor prevê, ainda, a prorrogação da data de vencimento da conta para o mesmo dia do mês subsequente, sem qualquer acréscimo de multa, mora ou correção, como pena a empresa prestadora de serviço, em caso de descumprimento da obrigação prevista no projeto de lei em apreço.

Entendemos estar a presente proposição em conformidade com a legislação pertinente à matéria, devendo a mesma seguir sua normal e regular tramitação por esta Casa Legislativa, nos termos regimentais.

É O NOSSO PARECER, s.m.i.

SALA DAS SESSÕES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, em Teresina, 09 de dezembro de 2003.


Luciano Nunes
RELATOR

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 09/12/03

Presidente da Comissão




ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 012

Teresina(PI), 08 de janeiro de 2004.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria do Dep. **Moraes Souza Filho** que:

"Dispõe sobre obrigatoriedade das empresas que prestam serviços públicos por concessão ou permissão estadual a disponibilizar ao consumidor a fatura de cobrança dos serviços com antecedência mínima de dez dias do vencimento".

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **KLEBER EULÁLIO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1

LEI Nº DE DE DE 2003.

Dispõe sobre obrigatoriedade das empresas que prestam serviços públicos por concessão ou permissão estadual a disponibilizar ao consumidor a fatura de cobrança dos serviços com antecedência mínima de dez dias do vencimento.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica obrigado às empresas que prestam serviços públicos por concessão ou permissão estadual, no âmbito do Estado do Piauí a garantir que as contas/faturas de cobrança pelos serviços prestados, sejam disponibilizados ao consumidor no local previamente indicado, domicílio do consumidor com antecedência mínima de dez dias da data de vencimento.

Art. 2º - O descumprimento do prazo previsto no art. 1º, garantirá ao consumidor, como pena a empresa descumpridora do dispositivo legal, a prorrogação da data de vencimento da conta para o mesmo dia do mês subsequente ao vencimento sem qualquer acréscimo de multa, mora ou correção.

Art. 3º - A reincidência do não cumprimento legal, enseja a aplicação pelo órgão estadual competente de multa por conta reiteradamente enviada ao mesmo consumidor fora do prazo do mínimo, revertida ao fundo correlacionado a concessão ou permissão.




ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

2

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor a noventa dias da data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina, PI 15 de dezembro de 2003.


Dep. **KLÉBER EULÁLIO**
Presidente


Dep. **RONCALLI PAULO**
1º Secretário


Dep. **JOÃO DE DEUS**
3º Secretário



Assembléia Legislativa

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 23/10/03

Walter

PROJETO DE LEI Nº 095 / 2003

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS EMPRESAS QUE PRESTAM SERVIÇOS PÚBLICOS POR CONCESSÃO OU PERMISSÃO ESTADUAL A DISPONIBILIZAR AO CONSUMIDOR A FATURA DE COBRANÇA DOS SERVIÇOS COM ANTECEDÊNCIA MINIMA DE 10 DIAS DO VENCIMENTO.

APROVADO

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

RESOLVE:

Art. 1º - Fica obrigado às empresas que prestam serviços públicos por concessão ou permissão estadual, no âmbito do estado do Piauí a garantir que as contas/faturas de cobranças pelos serviços prestados, sejam disponibilizados ao consumidor no local previamente indicado, domicilio do consumidor com antecedência minima de 10 dias da data de vencimento.

Art. 2º - O descumprimento do prazo previsto no Art. 1º, garantira ao consumidor, como pena a empresa descumpridora do dispositivo legal, a prorrogação da data de vencimento da conta para o mesmo dia mês subsequente ao vencimento sem qualquer acréscimo de multa, mora ou correção.

Art. 3º - A reincidência do não cumprimento legal, enseja a aplicação pelo órgão estadual competente de multa por conta reiteradamente enviada ao mesmo consumidor fora do prazo do mínimo, revertida ao fundo correlacionado a concessão ou permissão.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor a 90 dias da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Plenário da Assembléia Legislativa do Piauí, em 23 de outubro de 2003.

MORAES SOUZA FILHO
DEPUTADO ESTADUAL PSDB

Orgão	AL
Número	AL-4149/03
Data	28/10/03
Assunto	projeto de lei
Matrícula	
Rubrica	
Assinatura	

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a *Assessoria*
21/10/03
Francisco Jesus Vieira
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão da
Constituição e Justiça
para os devidos fins.

Em 03 / 11 / 03

Chagas

Constituição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Luciano M-
mes.

para relatar.

Em 04 / 11 / 03

Paulo José

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

DIRETORIA LEGISLATIVA
JUNTA DA

Publicação de matéria

ce 01 laudas.

Em 28/10/03

Funcionário

Márcia M. Lima
Chefe Setor de Publicação

RUBRICA	FLS Nº
<u>ANEXOS</u>	<u>03</u>
	NÚMERO
	<u>AL-4149/03</u>

DIV. DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se à Diretoria

Legislativa

Em 28/10/03

Márcia M. Lima
Conceição de M.ª Pádua Sampaio
Teresina - Piauí

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a Redação
de Atas

Dr. Francisco Jesus Vieira
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se à Diretoria
Legislativa

Em 03/11/2003

Chelise
Conceição de Maria Leite Galvão
Chefe do Núcleo Redação de Atas

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se à Diretoria
Legislativa

Em 12/12/2003

Chelise
Conceição de Maria Leite Galvão
Chefe do Núcleo Redação de Atas

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a Autógrafos

12/12/03
Dr. Francisco Jesus Vieira
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a comissões
Técnicas

Dr. Francisco Jesus Vieira
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI

PROVIDENCIADO

Em 15/12/03

Pip Resende Lages
Chefe da Seção de Autógrafos



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública
para os devidos fins.

Em 09/12/03

Elisap

Universidade de Marília
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Am

Ao Deputado João Madison

para relatar.

Em 10/12/03

Am

Presidente Comissão de Administração
Pública

Adoto o parecer da doutrina. Comissão de Constituição e Justiça

Relator

APROVADO A UNANIMIDADE
em, <u>10/12/03</u>
<u>Am</u>
Presidente da Comissão de <u>Adm. Pública</u>